

150 Sarney quer limitar pedidos de urgência

O presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB-AP), quer restringir a utilização pelo governo dos requerimentos de urgência para votação de matérias de interesse do Executivo.

Sarney tem o apoio de praticamente todos os senadores que, ultimamente, têm reclamado muito da falta de tempo para analisar as matérias submetidas à aprovação do Senado.

“Está se cristalizando no Senado um espírito de resistência a esses

requerimentos de urgência”, observa o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Ele começou a estudar uma forma de reduzir a pressão dos requerimentos de urgência sobre os senadores, que são obrigados a votar às pressas propostas remetidas pelo Executivo e pela Câmara dos Deputados.

Margem — Josaphat acha que é possível deixar uma margem razoável para aplicação da urgência na votação de alguns assuntos,

como em casos de calamidade pública.

“Tem que acabar com essa licenciosidade das urgências”, reclama, depois de ressaltar que a Câmara dos Deputados tem o costume de enviar os projetos para o Senado quando os prazos já estão praticamente esgotados.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) sugeriu que se estabeleça em lei um prazo mínimo de 15 dias para que o Senado possa apreciar as matérias que lhe

são enviadas.

Enquanto isso não ocorrer, ele quer que o presidente do Senado estabeleça um compromisso com o presidente Fernando Henrique Cardoso para limitar o uso da urgência pelo Executivo.

“Ou se faz isso, ou responsabilizaremos o Executivo pelos prejuízos que o país vier a ter, quando matéria dessa ordem não for votada”, disse, referindo-se à proposta de antecipação no pagamento de parte da dívida externa.